O compromisso com a agenda de desenvolvimento sustentável, que o Partido Socialista definiu como prioridade e Portugal assumiu como desígnio, constitui-se como uma oportunidade de coesão territorial, de desenvolvimento económico e afirmação de todo o país no panorama global.

O século XXI é o momento da CleanTech. Tecnologia alimentada por energias limpas, num território sustentável.

A criação de um mercado voluntário de carbono, já aprovado pelo Conselho de Ministros e a aguardar, com urgência, a promulgação do Senhor Presidente da República, constitui um importante passo para a valorização dos territórios de baixa densidade permitindo a criação de valor na preservação e exploração da floresta e património natural que simultaneamente gera não apenas uma receita financeira para os seus proprietários, como garante um importante incentivo à preservação dos territórios, possibilitando ao setor empresarial mundial adquirir créditos de carbono que possam compensar a produção de emissões gasosas resultantes da sua atividade em qualquer parte do mundo. A valorização da água e da biodiversidade deve seguir-se.

De igual modo o lançamento do concurso público internacional, pelo atual Governo, para a instalação de redes de banda larga nas chamadas “zonas brancas” resultará na cobertura da totalidade do território continental em 2026/2027 por uma infraestrutura de comunicação essencial para o desenvolvimento dos territórios na nova economia digital. Assim transformamos passivos históricos em activos de futuro.

Esta conectividade digital permitirá a atração de talento e criação de novas oportunidades de investimento empresarial, em territórios de baixa densidade que apresentem bons índices de capital humano sendo indispensável uma cooperação estreita entre o Estado Central, através da AICEP e do Ministério da Economia, e as autarquias locais e Comunidades Intermunicipais.

Nestes territórios encontramos também, geralmente, excelentes condições para a produção de energias renováveis e a exploração de recursos naturais no subsolo que devem, obrigatoriamente, ser associadas a projetos industriais de geração de valor para além da exploração, que permitam criar e densificar fileiras industriais geradoras de inovação, riqueza e emprego. Portugal não pode perder esta oportunidade. E as áreas de baixa densidade devem reter uma parte significativa do valor criado, sempre num primado de sustentabilidade.

É essencial e determinante associar ao licenciamento de exploração industrial de recursos naturais e produção de energias por fontes renováveis, a instalação de projetos industriais que poderão valorizar estes recursos, criando riqueza e empregos qualificados. Não é responsável licenciar estas explorações, se as mesmas apenas causam prejuízo a nível local e concentram a riqueza da cadeia de valor noutras regiões do mundo. A criação de ecossistemas de inovação associado a estas cadeias de valor podem também contribuir para novas iniciativas inovadoras, e para que o país se afirme como uma sociedade do conhecimento.

Os territórios de baixa densidade podem oferecer ao país os fatores de competitividade necessários para que Portugal seja vencedor da dupla transição digital e climática. O capital humano para a sociedade digital e os recursos naturais essenciais para a acção digital e climática encontram-se disponíveis nos territórios de baixa densidade, mas é essencial integrar projetos de alto valor acrescentado com a utilização destes recursos. Caso tal não suceda, o país poderá ficar restringido às atividades que menos emprego de boa qualidade geram e mais impactos negativos têm para a paisagem e biodiversidade. Políticas que criem cadeias de valor a partir dos recursos existentes em territórios de baixa densidade afirmarão a competitividade do país e alavancarão a economia nacional no mercado global. Nunca o desenvolvimento de investimentos a nível regional esteve tão fortemente ligado à capacidade de todo o país crescer de forma forte e sustentada.

Com a aprovação desta Moção Setorial pelo XXIV Congresso Nacional, o Partido Socialista, como grande partido progressista e principal construtor do desenvolvimento sustentado em Portugal, deve assumir como desígnio o desenvolvimento integrado de projetos de alto valor acrescentado, a partir do aproveitamento regional dos fatores competitivos da Economia Verde e Digital existentes nos territórios de baixa densidade, alavancando a criação de riqueza para o país e a sua coesão sócio-económica.

1º subscritor - Hélio Fazendeiro, Militante nº 34525 na secção da Covilhã

2º subscritor - Artur Patuleia, Militante nº 84933 na secção da Covilhã

3º subscritor - Duarte Cordeiro, Militante nº 69533, na secção de Águas Livres

4º subscritor - Vitor Pereira, Militante nº 19136, na secção da Covilhã